

# Editorial

---

Este segundo número do septuagésimo primeiro volume da Revista do Serviço Público (RSP) é lançado em um período de extrema ansiedade na sociedade brasileira por conta da pandemia ocasionada pela variante Covid-19 da chamada família dos *coronavírus*. A RSP entende que a pandemia será mais uma das batalhas que a humanidade vencerá com o uso de sua inteligência coletiva, seu *last resource*, como dizia Julian Simon a se referir, basicamente, à inteligência humana.

Mais do que nunca, o serviço público é chamado a se mostrar relevante no auxílio à sociedade. A equipe editorial da RSP tem a mais absoluta certeza de que boas notícias nos aguardam em breve. Até lá, mantendo sua tradição de trazer temas diversificados e relevantes para a administração pública, este número da RSP traz seis artigos inéditos.

As concessões de praças de pedágio no Rio Grande do Sul são o tema do primeiro artigo. Os autores se perguntam sobre o tempo ótimo de cada contrato, ou seja, aquele que minimize o risco de desequilíbrio financeiro, tão preocupante em contratos de longa duração. Analisando sete trechos licitados – Polo Metropolitano (Porto Alegre – Metrovias), Polo Gramado (Convias), Polo Vacaria (Rodosul), Polo Caxias do Sul (Brita), Polo Carazinho (Coviplan), Polo Santa Cruz do Sul (Santa Cruz) e Polo Lajeado (Sul Vias) –, as simulações indicam que o tempo ótimo teria sido menor do que o acordado em contrato.

O teletrabalho, que agora é uma realidade bem mais presente em nossas vidas, é alvo do segundo artigo. Os autores trabalham com dados de 2016-2017 e mostram que, no contexto do Ministério da Justiça e Segurança Pública, esta prática mostrou-se benéfica à produtividade do ministério, tendo também ocasionado queda de custos (uma economia diária estimada de R\$ 907,49/servidor em teletrabalho e uma economia mensal de cerca de R\$ 1 milhão).

A governança pública motiva o terceiro artigo, que faz uma análise comparada de códigos de ética do serviço público em cinco países: Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia e Coréia do Sul. A análise do conteúdo dos códigos mostra a presença de vários conteúdos comuns entre eles e convida o leitor a uma discussão mais aprofundada sobre os códigos de ética e a governança pública comparada.

O quarto artigo também trata de governança, mas do Banco Central do Brasil (BCB). Por meio de redes semânticas, os autores construíram um modelo que alinha governança corporativa e gestão. Por meio de oficinas de trabalho e desse modelo teórico, analisam-se aspectos internos e externos da governança do BCB.

O quinto artigo questiona como a *expertise* intelectual do campo das Ciências Sociais pode dialogar com a *expertise* política e burocrática, por meio de entrevistas com servidores e cientistas sociais envolvidos em debates na Câmara dos Deputados. Discutem-se os impactos positivos, bem como as limitações do uso da *expertise* intelectual no campo político.

O sexto e último artigo propõe-se a auxiliar na construção de um instrumento de avaliação da governança em instituições públicas. Usando dados coletados em uma Instituição de Ensino Superior (IES), sob condição de anonimato, os autores propõem um questionário com 58 itens para a avaliação da governança, usando a escala Lickert.

Desejamos a todos boa leitura e muita saúde.

Diana Coutinho

Editora-Chefe